

# **História, fortuna e conflito na política: Considerações sobre a teoria republicana de Francesco Guicciardini e Nicolau Maquiavel**

*Shênia Souza Giarola<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

Pensar o lugar da fortuna nos negócios humanos e, conseqüentemente, refletir sobre a relação entre história e fortuna foi uma das tarefas que Francesco Guicciardini (1483-1540) e Nicolau Maquiavel (1469-1527) se propuseram. Diante desses dois discursos, vamos analisar seus pontos de convergência e de divergência a fim de delinear como é possível se estabelecer as relações políticas. Logo, o objetivo deste trabalho é examinar qual o papel da história na política e como o conflito é visto na teoria política republicana de Maquiavel e Guicciardini.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Conflito; Fortuna; História; Política.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Filosofia pela UFMG. Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5922910956515696>. E-mail: [sheniagiarola@hotmail.com](mailto:sheniagiarola@hotmail.com).

# **History, fortune and conflict in politics: Considerations on Niccolò Machiavelli's and Francesco Guicciardini's republican political theory**

## **ABSTRACT**

Thinking of the place of fortune in human affairs and, consequently, reflecting on the relationship between history and fortune was one of the tasks that Francesco Guicciardini (1483-1540) and Niccolò Machiavelli (1469-1527) set themselves. Before these two speeches, we shall analyze their points of convergence and divergence in an effort to outline how it is possible to establish the political relations. Thus, the aim of this paper is to examine what is the role of history in politics as well as how the conflict is seen in Machiavelli's and Guicciardini's republican political theory.

## **KEYWORDS**

Conflict; Fortune; History; Politics.

*Recebido: 27/12/2022*

*Aceito: 29/12/2022*

*Publicado: 31/05/2023*

## Considerações iniciais

No final do século XV, a filosofia política, assumindo novas configurações, se liberta da antiga tradição que debatia o que a política deveria ser. Numa reconfiguração, os filósofos passam, principalmente Maquiavel, a analisar a atividade política como ela é. A visão de Nicolau Maquiavel, bem como de Francesco Guicciardini, ambos republicanos que insistiam na primazia da *vita activa* sobre a *vita contemplativa*, marcará a política ao desenvolverem um forte exercício de compreensão da dinâmica do corpo político, isto é, dos elementos que garantem a ação política. Pode-se dizer que, para Maquiavel e Guicciardini, “os homens devem deixar de lado as formas imaginadas de governo, os regimes idealizados, para se concentrar apenas [...] na verdade efetiva das coisas” (BIGNOTTO, 2007, p. XXVII).

Assim, o objetivo do presente trabalho é analisar os pontos de convergência e divergência entre Maquiavel e Guicciardini, com o intuito de detectar como é possível a experiência política da República. Para tanto, vamos expor, no primeiro tópico, como os conceitos de história e fortuna são tratados pelos florentinos, pois, dessa forma, vamos delinear o fazer político. Diante dessas constatações, será possível avaliar como Maquiavel e Guicciardini percebem o conflito na vida política da cidade. Vejamos, então, a originalidade de cada interpretação.

## Considerações sobre história e fortuna no pensamento de Guicciardini e Maquiavel

Em seu livro intitulado *Ricordi* (1530), Francesco Guicciardini afirma que é um grande erro falar das coisas deste mundo buscando uma “regra absoluta” como se as respostas estivessem ditadas nas páginas de uma obra. Assim, é preciso reconhecer, segundo o autor, que há um perigo inerente à confiança excessiva na ação racional. Nas palavras do estadista florentino todos os eventos carregam consigo exceções e distinções devido à diferença em suas circunstâncias e, por esse motivo, a única forma de aprender sobre isso é por meio da *discrezione* – discernimento.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> È grande errore parlare delle cose del mondo indistintamente e assolutamente e, per dire così, per regola; perché quasi tutte hanno distinzione e eccezione per la varietà delle circostanze, le quali non si possono fermare con una medesima misura: e queste distinzione e eccezione non si trovano scritte in su' libri, ma bisogna le insegnare la discrezione (GUICCIARDINI, 2019, p. 6).

Vale dizer que, por *discrezione* estamos entendendo um valor humano que se refere à capacidade de se adaptar às circunstâncias postas pela fortuna analisando caso a caso, ou, nas palavras de Helton Adverse, “é a qualidade que permite discernir, reconhecer o particular, sem subsumi-lo ao universal” (2006, p. 434). Dessa forma, cabe a nós nos perguntar: em que sentido o conhecimento pragmático da história é importante? Veremos, nas linhas que se seguem, que no pensamento guicciardiniano o uso do exemplo histórico diverge do proposto por Maquiavel, isto é, não nos orienta para os estudos da história à política, visto que as inúmeras particularidades/variedades das circunstâncias asseguram que a história não necessariamente serve como regra geral para o futuro.

A construção deste argumento dá-se tanto nas *Considerazioni intorno ai discorsi del Machiavelli* (1530) quanto nos *Ricordi*. Nessas obras Guicciardini critica aqueles que buscam nos estudos da história categorias atemporais ou, em outras palavras, regras gerais para se agir no mundo. Assim, é possível afirmar que a intervenção na realidade é imprevisível, ou melhor, está sujeita ao poder da fortuna. Eis o que diz Guicciardini:

De maneira cuidadosa, não se pode negar que a fortuna tem um poder enorme sobre os assuntos humanos, pois nos vemos, constantemente, afetados pelas circunstâncias fortuitas que nós – homens – não conseguimos prever ou evitar: e embora a astúcia e solícitude dos homens possam moderar muitas coisas, mesmo assim, por si só, não é suficiente, e assim eles ainda precisam de boa fortuna. (GUICCIARDINI, 2019, p. 18, tradução minha).<sup>3</sup>

Ora, Guicciardini nos fala, então, que a fortuna tem um grande poder nos negócios humanos, visto que as circunstâncias são afetadas por acidentes fortuitos. E que, embora o homem possa utilizar da astúcia ou solícitude, eles não vão prever os efeitos da ação, mas, no máximo, administrar alguns eventos e que para moderar muitas coisas eles precisam de boa fortuna. Um exemplo que confirma o poder da fortuna é descrito em seu livro *Storie fiorentine*. Nele, o teórico político e historiador Guicciardini relata que em 1378 aconteceu a Revolta dos *Ciompi*.<sup>4</sup> Tal tumulto só foi motivado pelo descontentamento dos cardadores de lã, que não

---

<sup>3</sup> Chi considera bene, non può negare che nelle cose umane la fortuna ha grandissima potestà, perché si vede che a ognora ricevono grandissimi moti da accidenti fortuiti, e che non è in potestà degli uomini né a prevedergli né a schifargli: e benché lo accorgimento e sollicitudine degli uomini possa moderare molte cose, nondimeno sola non basta, ma gli bisogna ancora la buona fortuna (2019, p. 18).

<sup>4</sup> A origem do nome *Ciompi* remete, segundo Castel (2021), às pessoas das classes mais baixas. Estas eram nomeadas por soldados franceses do Duque de Atenas por *Ciompi*. Além disso, “Robert Paris emitiu, em um artigo da *Revue Médiévales*, a hipótese convincente que se trata de uma denominação originada do francês: segundo ele, os soldados franceses se direcionavam aos *minuti* os chamando de <*champi*>, ou seja, <nascidos nos campos>, <bastardos>” (CASTEL, 2021, p. 116). Já na compreensão de Guicciardini, os *Ciompi* eram plebe, *uomini plebei*, *infima plebe*, *popolo minuto*, *moltitudine*. Para mais detalhes conferir a tese de Karen Elena Costa dal Castel denominada *Lei agrária e revolta dos Ciompi: teoria do conflito civil na república de Maquiavel*.

tinham condições apropriadas de trabalho. Em condições precárias, os trabalhadores levaram suas demandas aos senhores. Ao notarem que não seriam ouvidos, eles atearam fogo nas casas dos senhores e se rebelaram contra eles (CASTEL, 2021, p. 118). Segundo Guicciardini, tal revolta trouxe consequências imprevisíveis para a sociedade, tanto que ele afirma que Michele de Lando, um dos *Ciompi* e depois *gonfalonero* da justiça, percebeu que a cidade estava em ruína inevitável, tornando-se cúmplice dos Oito, conseguindo derrubar o governo dos *Ciompi*. Assim, a salvação da cidade nasceu de onde ninguém a esperava (GUICCIARDINI, 1974).<sup>5</sup> Sobre isso, o professor de filosofia moral e política da *Universidad Autónoma de Barcelona*, Daniel Gamper, diz que “os homens são imprevisíveis. Não existe uma ciência do êxito político. O renome, o sucesso social, a posteridade gloriosa são bens ilusórios, tão difíceis de alcançar quanto estão prestes a desaparecer” (2020, p. 5, tradução minha).<sup>6</sup> Para fundamentar tal argumento Guicciardini recorre a Aristóteles, mais especificamente ao trecho “*De futuris contingentibus non est determinata veritas*”, ou seja, permanece indeterminada a verdade sobre acontecimentos futuros. Logo, aqueles que escrevem tratados sobre a trajetória do futuro estão fadados ao fracasso, visto que cada conclusão só pode ser afirmada quando se deriva de uma outra e, caso uma delas esteja errada, o edifício inteiro pode ruir. A esse respeito, Gutiérrez García sustenta que “Maquiavel interpreta a sua época recorrendo ao passado. Em contrapartida, Guicciardini explica seu presente em função da sua experiência, ou seja, de sua circunstância” (2006, p. 6, tradução minha).<sup>7</sup> Temos aí, então, a divergência entre Maquiavel e Guicciardini, na medida em que o primeiro vê na história a função de mestra da política; enquanto Guicciardini enxerga essa função na experiência imediata. Assim, como afirma Adverse: “[...] não são poucas as vezes em que Guicciardini [...] mantém-se vigilante para não incorrer em generalizações que fazem perder de vista as “distinções” (fica claro que a [experiência] nesse caso transcende a vida política do autor)” (2006, p. 433).

---

<sup>5</sup> Nel 1378 sendo gonfaloniere di giustizia Luigi di messer Piero Guicciardini successe la novità de' Ciompi, di Che furno autori gli Otto della guerra, é quali per essere stati raffermati più volte in magistrato, s'avevano recata adosso grande invidia e grande contradizione da' cittadini potenti, e per questo si erano rivolti a' favori della moltitudine; e però procurarono questo tumulto, non perché e' Ciompi avessino a essere Signori della città, ma acciò Che col mezzo di quegli, sbattuti e' potenti e inimici sua, loro rimanessimo padroni del governo. Il Che fu per non riuscire perché e' Ciompi, preso lo stato e creato e' magistrati a loro modo e non a arbitrio degli Otto, volevano potere tumultuare ogni dì la città, e non arebbono gli Otto potuto ritenergli; se non Che Michele di Lando, uno de' Ciompi e allora gonfaloniere di giustizia, vedendo che questi modi partorivano una inevitabile ruina della città, accordatosi cogli Otto e cogli aderenti loro, fu cagione di torre lo stato a' Ciompi; e così el bene e la salute della città nacque di luogo che nessuno l'arebbe mai stimato (1974, p. 61).

<sup>6</sup> Los hombres son imprevisibles. No existe una ciencia del éxito político. El renombre, la celebridad social, la posteridad gloriosa son bienes huidizos, tan difíciles de lograr como prestos a desaparecer (2020, p. 5).

<sup>7</sup> Maquiavelo interpreta su época acudiendo al pasado. En contraposición, Guicciardini explica su presente en función de éste mismo, es decir, de su circunstancia (2006, p. 6).

Quando Guicciardini trata da experiência enquanto fundamento da política, fica claro que essa ideia perpassa tanto o plano social quanto o plano individual. García nos ajuda a compreender tal questão quando afirma que “daí vem a obsessão pelo cultivo das memórias em seu sentido pessoal e social, incluindo os aspectos públicos e privados” (2006, p. 17, tradução minha).<sup>8</sup> Temos aí a originalidade do pensamento guicciardiniano, na medida em que essa experiência imediata, tanto no âmbito pessoal quanto social, é a que guardamos na memória. Dessa forma, a história configura-se como memória social, cuja logicidade está dada na política (GARCÍA, 2006, p. 13).

No entanto, nem a escrita nem o conhecimento da história são suficientes para determinar o curso dos eventos, já que, como dissemos, há uma mutabilidade das coisas humanas que não garante que uma situação X necessariamente causará Y. Ora, diante deste contexto qual o motivo de se escrever ou de conhecer a história? A experiência não é a mestra última da política? Gamper, comentando a filosofia de Guicciardini, sinaliza que:

Neste caso, a escrita e o estudo servem para aprender que nem a escrita nem o estudo, nem os planos bem formulados, nem as melhores ou piores intenções, nem o medo ou a força, são meios suficientes de alcançar o fim perseguido. Não existe conhecimento que supra a experiência. Quando muito, podemos alcançar uma prudência coxa que ensina a não confiar nas aparências, a estar atento ao fato de que os homens se movem por seus próprios interesses, que são instáveis e podem ser maus, que oscilam entre a esperança e o medo [...]. (2020, p. 6, tradução minha).

Naturalmente, é possível afirmar que aquele que busca a glória nunca estará seguro de alcançá-la e que a realidade é assistemática, sendo impossível aplicar regras gerais ou um padrão fixo e imutável. Neste caso, é possível perceber que Guicciardini, tal como preconizam as teses de John Pocock, configura-se como um escritor de linhagem republicana na medida em que insiste na primazia da *vita activa* sobre a *vita contemplativa*, mais que isso, para o autor nenhum conhecimento da história substitui a experiência na vida política, pois a utilização dos exemplos, apreendidos pela história, não nos garantirão nenhuma certeza, mas apenas nos farão perceber essa imprevisibilidade dos eventos humanos, não sendo possível ajuizar o futuro com base no estudo da história. Na introdução do livro *Opere*, Neri e Fubini (1974) esclarecem que o autor de *Dialogo del reggimento di Firenze* estava ciente da mutabilidade dos eventos, bem como da impossibilidade de aplicar-lhes esse padrão fixo e imutável e daí ocorre “o abandono do exame racional dos fatos para se dedicar à análise das contingências das [coisas do mundo]” (TEIXEIRA, 2008, p. 122). Sobre isso, diz Guicciardini no aforismo 117:

---

<sup>8</sup> De ahí su obsesión por el cultivo de las memorias en su acepción personal y social, incluyendo los aspectos públicos y privados (2006, p. 17).

Julgar pelo exemplo é muito enganoso/falacioso. A menos que sejam semelhantes em todos os aspectos, os exemplos são inúteis, pois cada pequena diferença no caso pode ser a causa de grandes variações nos efeitos. E discernir essas pequenas diferenças requer um olhar atento e perspicaz. (2019, p. 56, tradução minha).<sup>9</sup>

Mais uma vez vemos, na citação acima, o peso da fortuna. Ela, por si só, possui grande poder sendo impossível prever os acidentes dos eventos humanos. A *discrezioni* é a única categoria que pode fazer com que o homem se adapte bem às diferentes circunstâncias da vida por meio do olhar atento que o faz avaliar caso a caso. Essa qualidade, para o autor, não se adquire pelos livros, mas, ao contrário, pela experiência direta. É ela quem é mestra das ações políticas. Tanto que, em sua obra *Dialogo del reggimento di Firenze*, Guicciardini afirma, por meio da boca de Piero Guicciardini, que Bernardo del Nero tinha uma “prudência singular” e que aprendera sobre a política na prática, e não nos livros dos filósofos, isto é, aprendeu agindo, que é a verdadeira maneira de aprender (GUICCIARDINI, 1974, p. 306).<sup>10</sup> Em outras palavras, “isso quer dizer que a história por si só não basta, seu valor moral e político depende da experiência de quem a julga, isto é, o discernimento do que nela é de fato exemplar decorre de um elemento externo à própria história” (ADVERSE, 2006, p. 434). Gennaro Maria Barbuto, quando pensa na questão do bom olho,<sup>11</sup> afirma que “disso resulta uma racionalidade não geométrica, mas nutrida de experiência e prudência, posta à prova através dos humores e apetites mutáveis dos homens” (2000, p. XXII). Isso é o que chamamos de sabedoria, ou seja, experiência e razão para pensar a arte do estado.

Novamente Guicciardini se distancia de Maquiavel, que no cap. XXV do *Príncipe* afirma que a fortuna domina apenas parte das ações humanas e que, conseqüentemente, a história ensina o homem a agir no mundo. Vejamos essa questão:

---

<sup>9</sup> Sobre isso cf. “utto quello che è stato per el passato e è al presente, sarà ancora in futuro; ma si mutano e nomi e le superficie delle cose in modo, che chi non ha buono occhio non le riconosce, né sa pigliare regola o fare giudicio per mezzo di quella osservazione” (GUICCIARDINI, 2019, p. 40).

<sup>10</sup> Deh, per lo amore di Dio, lasciati e' ragionamenti dello ozio, nel quale siamo tutti certissimi che non manco vale la vostra prudenza che nelle faccende, seguitiamo el parlare di prima, el quale, io non dirò tra amici, ma più tosto tra padre e figlioli come ci reputiamo esservi noi, non solo non sarà molesto, ma bisogna sia piacevolissimo. Io per me non so che maggiore diletto mi potessi avere, che udire parlare delle cose publiche e civili uno uomo di grande età e di singolare prudenza, che non ha imparato queste cose in su' libre da' filosofi, ma con la esperienza e con le azioni, che è el modo vero dello imparare. Io ho sempre desiderato una occasione tale, né credo siano di altro animo Piero Capponi e Pagolantonio, e' quali, ancora che sappino più di me, sono certo che pensano potere imparare assai da voi (GUICCIARDINI, 1932, p. 10).

<sup>11</sup> Sobre a questão do “bom olho”, Teixeira afirma que “apenas os prudentes, donos de olhos penetrantes, *discrezione*, experiência e conhecimento das [histórias antigas e modernas] mostravam-se aptos a estabelecer, através da separação analítica entre [diversidades substanciais] e *accidenti*, juízos eficientes acerca da ação política e da reforma das leis” (2007, p. 331). Ou seja, Guicciardini está defendendo que podemos estabelecer juízos eficientes por meio de analogias, mas que é preciso cuidado para não tomar como significativas as analogias falaciosas. Por isso, a necessidade de “olhos bons e perspicazes”, capazes de afastar as analogias rasas e falaciosas.

Não me é desconhecido que muitos têm tido e têm a opinião de que as coisas do mundo são governadas pela fortuna e por Deus, de sorte que a prudência dos homens não pode corrigi-las, e mesmo não lhes traz remédio algum. Por isso, poder-se-ia julgar que não deve alguém incomodar-se muito com elas, mas deixar-se governar pela sorte. Esta opinião é grandemente aceita nos nossos tempos pela grande variação das coisas, o que se vê todo dia, fora de toda conjectura humana. Às vezes, pensando nisso, me tenho inclinado a aceitá-la. Não obstante, e porque o nosso livre arbítrio não desapareça, penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações, mas que, ainda assim, ela nos deixe governar quase a outra metade. Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para outro: tudo foge diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder obstar-lhe e, se bem que as coisas se passem assim, não é menos verdade que os homens, quando volta a calma, podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e o seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso. Do mesmo modo acontece com a fortuna; o seu poder é manifesto onde não existe resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la. (MAQUIAVEL, 1973, p. 109).

Na passagem acima Maquiavel deixa claro que a fortuna faz com que as situações sejam arbitrárias, tal como pensava Guicciardini, mas que podemos governar algumas/metade das nossas ações se tivermos essa resistência organizada. Mas como? Em seus escritos políticos, diz Maquiavel que ouviu dizer que

[...] a história é a mestra das nossas ações e máximas dos príncipes: e o mundo foi sempre, de certo modo, habitado por homens que têm tido sempre as mesmas paixões; e sempre existiu quem serve e quem manda, e quem serve de má vontade e quem serve de bom grado, e quem se rebela e se rende.

Se alguém não acreditar nisso, que se mire em Arezzo, o ano passado, e em todas as cidades do vale do Chiana, que fazem coisa muito semelhante à que foi praticada pelos povos latinos. Ali se vê a rebelião e depois a rendição, como aqui; ainda que no modo de rebelar-se e no de render-se haja muitas diferenças: contudo são semelhantes a rebelião e a rendição. Portanto, se é verdade que a história ficaria a mestra das nossas ações, não é mal para quem devia punir e julgar as cidades do vale do Chiana tomar exemplo e imitar aqueles que foram donos do mundo; máxime num caso em que eles vos ensinam justamente como vos deveis conduzir para governar: porque como eles fizeram julgamento diferente, por ser diferente o pecado daqueles povos, assim devéis fazer vós, encontrando também nos vossos rebelados diferença de pecados (1973, p. 131-132).

Maquiavel compreende que o exercício do pensamento é fundamental para o príncipe, que deve ler histórias e considerar as ações dos grandes homens para conduzir as ações governamentais. Por meio dos estudos o príncipe poderia fugir das derrotas das guerras e conduzir as ações para a vitória. Logo, o que vemos é que Maquiavel partirá das experiências, mas estas, por sua vez, podem ser binômias, visto que (I) algumas são alcançadas pela experiência bruta e (II) outras, obtidas por meio de uma reflexão da experiência através de leituras da história, ou seja, seria um processo de (I) conhecer e (II) entender (cf. Carta



Dedicatória em *O príncipe*). Este duplo processo da experiência torna-se importante, pois será o método maquiaveliano para compreender a estrutura da vida pública.<sup>12</sup>

Há, novamente, uma distinção entre Guicciardini no que se refere à prática e teoria, visto que Maquiavel concorda com a ideia de que podemos estabelecer modelos, regras gerais para a ação humana. Enquanto Guicciardini afirma ser impossível se basear na história como modelo geral, visto que os assuntos humanos são mutáveis de tal forma que, como vimos mais acima, é falacioso julgar pelos exemplos. Mas, afinal, qual a função da história para Guicciardini? Ora, Newton Bignotto afirma que:

Guicciardini intuiu que história e política deveriam ser pensadas juntas. [...] Guicciardini soube conservar a ligação entre História e Política no núcleo de suas preocupações sem transformar seus escritos em ensinamentos morais. Dessa forma, percorreu um caminho pela historiografia de seu tempo que o distinguiria para sempre da maior parte de seus contemporâneos. (2006, p. 34).

Sobre essa questão, Adverse compreende que:

O poder da fortuna se estende, portanto, ao âmbito metodológico: os eventos do mundo não podem ser inteiramente absorvidos pelo discurso racional porque não se submetem a uma rigorosa regularidade. O saber histórico, assim como a filosofia política, tem de se servir de um método de investigação que contemple a presença da contingência. Isso significa que as ações dos homens são marcadas por uma opacidade ineliminável, assim como o curso dos acontecimentos. (2006, p. 436).

Já para Pocock percebendo essa tensão entre “valor” e “história” e também entre “experiência” e “história”, afirma que “o que deve ser não é o que irá acontecer, mas assim mesmo precisa ser afirmado” (1975, p. 243), isto é, há uma necessidade moral que só se constitui uma referência por meio do estudo, mais que isso, mesmo sabendo da “impossibilidade da realização plena dos valores republicanos num momento de decadência” (TEIXEIRA, 2008, p. 122), a história mostra a Guicciardini que é preciso defender esses valores. Mas o próprio estudo revela a Guicciardini que a ação é imprevisível e o que deve ser não necessariamente acontecerá. Em resumo, partimos da ideia de que nenhuma regra geral, para Guicciardini, é útil para atuar bem na realidade prática. Além disso, dissemos que a *discrezione* é o valor que mais auxilia o homem no jogo político, fazendo com que alguns estudiosos definam o discurso guicciardiniano como um moderatismo empírico. Sabendo da “inutilidade” da história para uma ação bem ordenada pautada em regras gerais, vale a pergunta: será então

---

<sup>12</sup> Tal análise também será pertinente na medida em que dará suporte para pensar um problema pulsante da época, qual seja: o processo de corrupção política.

que a história oferece ao homem sábio uma referência de por qual coisa/quais valores/quais formas de governo vale a pena lutar?

Enfim, vimos que tanto para Maquiavel quanto para Guicciardini a experiência é o ponto de partida para a ação política, entretanto, a mestra da política, para Maquiavel, é a história, enquanto que para Guicciardini é a própria experiência. Além disso, vimos que ambos os autores concordam que o jogo político é composto por fortuna. Diante disso, Maquiavel estabelece uma alegoria da vida política, afirmando que a fortuna pode ser um rio que destrói tudo, mas que o conhecimento da história pode servir de barragem para que a cidade não ceda ao ímpeto da fortuna. Entretanto, Guicciardini usa da fortuna como método para reconhecer que é impossível absorver as ações humanas numa rigorosa regularidade, tal como nos diz Adverse. Diante do exposto, é possível pensar: como o conflito é visto nas teorias republicanas de Guicciardini e Maquiavel? Vejamos, então, essa questão.

## O conflito e a república

Uma república é [...] antes de mais nada um regime de leis, ou um regime constitucional como dizem hoje. Nele a vontade de seus membros está sempre submetida à vontade de todos, expressa nas leis que são adotadas por ocasião da fundação do regime livre. O grande problema, entretanto, não está em descrever as repúblicas ideais, mas em encontrar os caminhos que levem a elas. (BIGNOTTO, 2003, p. 45).

A questão do conflito é, desde Aristóteles, passando por Cícero e Guicciardini, um problema para a manutenção da república, visto que ele – conflito –, segundo a tradição republicana, representa grave ameaça à liberdade política (WINTER, 2017, p. 44). Na contramão destes filósofos, temos o pensamento político inovador de Maquiavel sobre o problema do conflito, definindo-o, segundo Lairton Moacir Winter, “como o elemento fundamental da vida política da cidade, princípio das leis que regulam a vida da comunidade política” (2017, p. 7). Como veremos, segundo o secretário florentino, há no interior de qualquer cidade dois humores antagônicos que expressam o desejo de dois grupos sociais distintos e que levam ao conflito, a saber: “os grandes, marcados por um desejo particular positivo, movidos pelo desejo de dominar o povo, logo, um desejo de poder; e o do povo, marcado por um desejo universal negativo, animado, unicamente, pelo desejo de não ser dominado pelos grandes, portanto, um desejo de viver em liberdade” (WINTER, 2017, p. 7). Diante disso, veremos Maquiavel defender a tese de que o conflito é fundamental para a vida

política, visto que dele surgem as leis, responsáveis por fazer a manutenção da liberdade.

Pautado nesta tese, pode-se afirmar, segundo o pensamento maquiaveliano, que as instituições romanas tiveram sua origem e manutenção resguardadas pelos conflitos dos corpos políticos. Temos, neste momento, uma ruptura com o pensamento polibiano e guicciardiniano, visto que esses defendem a negação de conflitos e estabilidade política. Então, entendemos que estes impasses, relatados por Maquiavel, são tomados como fundamento do Estado, levando o autor a caracterizar os homens como seres dotados de maldade que,<sup>13</sup> tendo oportunidade, “usarão a malignidade de seu ânimo” (2007b, p. 2). Segundo José Antônio Martins, “embora não haja uma reflexão mais acabada sobre essa malignidade, sua utilização no argumento serve para estabelecer uma contraposição à noção de concórdia social” (2007, p. 76). E assim, ao eliminar a concepção de concórdia social, o secretário florentino expressa o erro contido no pensamento dos que primavam por ela, já que no momento que não consideravam a maldade característica dos homens estavam comprometendo o entendimento do jogo político.

Diante do mesmo tema, Guicciardini afirma, na primeira redação do *Ricordi*, que todos os homens se inclinam naturalmente a fazer o bem, de tal modo que todos preferem o bem ao mal. Entretanto, por haver oportunidades diversas para fazer o mal, eles podem se desviar facilmente da sua inclinação natural. Por esse motivo, segundo o autor, os legisladores precisam ser sábios para decidir qual será o castigo para os que romperem com a natureza humana, para que dessa forma o homem possa retornar a sua tendência natural.

Posto isso, para Maquiavel o conflito torna-se necessário a todas as formas de governo, incluindo logicamente as instituições republicanas, pois, quando regulado e normatizado, pode fazer convergir no Estado o bem comum, a liberdade dos corpos políticos e a ordem social. Nas palavras de Winter:

[...] é necessário que o conflito, não sendo anulado, seja racionalmente regulado e normalizado pelas instituições republicanas, convertendo-se de força negativa em força capaz de fazer convergir no Estado o bem comum, a ordem social e a liberdade de todo o corpo político. A lei republicana, nascida do permanente confronto dos desejos antagônicos, subverte o caráter negativo dos humores de grandes e povo e canaliza sua força para a vida política, exigindo cidadania ativa de seus membros, isto é, a participação de ambos os humores no espaço público como agentes políticos para a manutenção da liberdade. (2011, p. 43).

Evidencia-se, na passagem acima, a importância da liberdade, do bem comum e da

---

<sup>13</sup> Sobre a questão da maldade é preciso esclarecer que para Maquiavel o homem não é totalmente mau, visto que se assim o fosse não poderíamos recorrer à tradição para se pensar uma política de glória, visto que o passado já estaria totalmente corrompido. Desse modo, contra essa interpretação de uma maldade radical do homem recorremos ao livro I, 27, onde afirma o florentino que “raríssimas vezes os homens sabem ser de todo maus ou de todo bons” (MAQUIAVEL, 2007, p. 89).

ordem social para a manutenção da república, mas estas características só podem ser alcançadas “mediante um ponto de equilíbrio entre as forças em conflito” (WINTER, 2011, p. 43). Ora, temos no conflito cívico a condição propícia para a liberdade, isto é, para o estabelecimento de um modo de vida livre. Entretanto, cabe a pergunta: sabemos que um corpo político é marcado pelo conflito, dessa forma, como ter êxito na manutenção do poder do estado republicado?

Podemos então pensar, a partir dessa indagação, que a característica básica desse republicanismo, tal como nos diz Adverse, “[...] é a convicção de que a liberdade individual não pode ser dissociada da liberdade do Estado, de modo que a participação ativa dos cidadãos nos afazeres cívicos se torna uma exigência [...]” (2007, p. 34). O que é preciso destacar aqui é que não são desejos individuais, mas desejos de corpos/grupos políticos. De um lado há o desejo dos grandes de dominar, do outro, o desejo do povo de não ser oprimido, isto é, de ser livre. Sobre isso, deixemos Maquiavel falar:

Porque em toda cidade se encontram estes dois humores diversos; e nasce disso que o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, e os grandes desejam comandar e oprimir o povo; e desses dois apetites diversos nascem nas cidades um dos três efeitos: ou principado ou liberdade ou licença. (2007a, p. 271).

Na passagem citada temos “elementos que nos permitem suspeitar de que o humor popular não pode ser desprovido de conteúdo político” (ADVERSE, 2007, p. 37), visto que não há um apego pelo interesse puramente pessoal, mas há um *ethos* político pulsante. O que nos faz recuar quanto à concepção de um desejo negativo do povo, já que é perceptível um princípio de ação em busca da liberdade, em outras palavras, “esse *ethos* político da liberdade não pode ser compreendido apenas negativamente porque envolve um princípio de ação” (ADVERSE, 2007, p. 37).

Vale dizer que, neste texto não temos a pretensão de esclarecer se o desejo do povo se configura como negativo ou positivo, mas é importante apontar essa dinâmica política entre os humores dos grandes e do povo para descrever o cenário político no qual deverá se pensar uma república ou um principado. Ora, como fazer com que os cidadãos respeitem as ordenações da república? Como tornar uma república forte?<sup>14</sup>

Neste momento é preciso recorrer à obra *Discursos*, para que assim fique claro que não

---

<sup>14</sup> Sobre isso cf. *Discurso*, mais especificamente a passagem: “Acredito que, para criar uma república que durasse muito tempo, seria necessário ordená-la internamente como Esparta ou como Veneza, situá-la em lugar fortificado, e com tal poder que ninguém se acreditasse capaz de subjugar-la em pouco tempo; por outro lado, não deveria ser tão grande que infundisse terror nos vizinhos, e assim poderia gozar por longo tempo de seu estado. Porque são duas as razões pelas quais se trava guerra contra uma república: uma é querer assenhorear-se dela; outra é ter medo de ser dominado por ela” (MAQUIAVEL, 2007b, p. 31).

é só através do medo e do terror que essa ordem será mantida. A obediência às leis e ordenações,<sup>15</sup> em resumo, pode se dar de dois modos: O receio de ser punido, que se relaciona com o sentimento de medo e terror e o exemplo de *virtù* dos cidadãos grandes, tais como Cévola e Fabrício, etc., que está intimamente ligado ao sentimento de coragem e amor à pátria. Temos, descrito acima, as duas molas propulsoras da ação dos homens ou, melhor dizendo, aquilo que motivará o homem a agir. Desse modo, “as execuções e os exemplos revitalizam a república renovando a seiva que alimenta os espíritos de seus cidadãos” (ADVERSE, 2007, p. 47). Entretanto, vale ressaltar que o homem só faz o bem por necessidade,<sup>16</sup> visto que estes tentam se desvencilhar do mal. Dito isso, voltemos para o sentimento de amor, pois este também pode levar os homens a obedecer às leis. Segundo Maquiavel, o exército é a forma do estado e, enquanto tal, deve ser composto por cidadãos leais e valentes, que consigam perceber seu laço com a terra natal e que tenham incutidos o amor pela pátria. Ora, para que isso ocorra, os comandantes deveriam, segundo o florentino, ser amados pelos seus comandados, pois, dessa forma, eles seriam capazes de manter a ordem, visto que entra em cena a devoção dos cidadãos. Vejamos, nas palavras de Maquiavel, essa questão:

Porque nos exércitos onde não haja afeição para com aquele por quem se combate, afeição que faça os soldados tornarem-se seus partidários, nunca poderá haver *virtù* suficiente para resistir a um inimigo um pouco virtuoso. [...] [S]e quiseres manter um estado, se quiseres manter uma república ou um reino, precisarás amar teus súditos, como fizeram todos os que tiraram grande proveito dos exércitos. (2007b, p. 132).

Como alerta Maquiavel, é preciso um exército que tenha afeição para com aquele por quem se combate, pois só assim terão *virtù* suficiente para garantir a vitória. Do mesmo modo, o governante precisará amar seus súditos. O problema posto é que, neste momento, podemos duvidar do amor pelo bem comum, já que estes podem ter incutido uma ambição privada. Sobre isso esclarece Adverse:

Por esse motivo, o amor que os heróis romanos listados em Discursos, III, 1, devem despertar entre os cidadãos difere do laço pessoal que une soldados de uma milícia e seu capitão. A devoção de que os heróis dão mostra é o amor pela pátria. A partir de Discursos, III, 1, somos obrigados a deduzir que caso essa paixão desapareça da cena pública, o destino da república estará selado. Sem ela será difícil impedir a sobreposição dos interesses particulares sobre o interesse público porque (e isso me

---

<sup>15</sup> Um elemento fundamental para que uma república não se torne uma tirania é o fato de que todos os membros devem obedecer às suas leis e, mais ainda, que o estado aplique de forma imparcial a mesma, sobre isso diz Julia Conaway Bondanella: “The rule of law in a well-organized republic requires all members of the society to obey the laws; it also requires that laws be enforced impartially. Otherwise, the state is no more than a tyranny, like the Roman Empire under the evil emperors” (2007, p. 79).

<sup>16</sup> É possível esclarecer que para o florentino os homens combatem por necessidade ou ambição. Sobre isso cf. *Discursos*, I, 37 (MAQUIAVEL, 2007b, p. 113).

parece ser o mais importante) entre essa paixão e a *virtù* há uma grande proximidade, assim como entre ambas e a liberdade. Quando defendia a ponte Sublicius, Horácio Cocles dirigia insultos aos etruscos, chamando-os de “escravos de reis despóticos”. Com a expressão *amore della patria*, presente em profusão em seus textos políticos (mas não em *O príncipe*), Maquiavel retoma um tema do republicanismo romano, como podemos ver em Cícero, por exemplo, no *De officiis*, I, 57 (o amor que envolve todos os demais: *sed omnes omnium caritates patria une complexa est*) [...]. (2007, p. 47).

E, então, deve-se ter clara a relação entre amor à pátria e amor aos heróis, pois este é o amor que mantém a república, este é o amor que freará o desejo particular e levará o desejo público aos cidadãos, garantindo aos exércitos a *virtù* necessária para não corromper o Estado. É também no amor que encontraremos mais uma forma de reforçar a liberdade, visto que amar a pátria é um modo de efetivar o desejo de liberdade, tal como nos diz Adverse: “o objeto desse amor é bastante concreto: são as instituições, são as leis, é o próprio espaço político em que os homens agem” (2007, p. 48). Acoplada a noção de amor, uma república bem ordenada deve também “manter rico o público e pobres os seus cidadãos” (MAQUIAVEL, 2007b, p. 113), visto que, se for de forma contrária, pode gerar ódio entre a população, podendo levar até mesmo a um possível conflito armado, isto é, corrompendo a república.

Enfim, pode-se perceber que o desejo à liberdade, o amor à pátria, o bem comum, o conflito etc., são elementos essenciais para se compreender a dinâmica de uma república, que pode ser exemplificada na imagem de Roma. São esses elementos que farão com que os cidadãos tenham um apreço pela liberdade e lutem para mantê-la por meio do cumprimento das leis. Pensando no conflito, caso fosse negado, pode levar uma república também à ruína; é como afirma Pancera: “a negação do conflito indicava um sintoma de crise institucional, pois ia-se perdendo a adesão do povo, cuja consequência era o enfraquecimento da vida cívica” (2002, p. 98).

Diante da teoria política de Maquiavel, é possível, agora, tecer comentários sobre como o conflito aparece no pensamento de Guicciardini. Veremos que ele é também um defensor da liberdade e das instituições republicanas, porém, de um modo bem diferente de Maquiavel. Ora, na teoria política guicciardiniana o conflito deve ser evitado a todo custo, posto que um regime livre deve ser fundado em leis e com uma participação popular mitigada. O objetivo da vida política, segundo Bignotto, é salvar a cidade da instabilidade. Dessa forma, ele defendia a criação de um órgão que garantia a neutralidade dos magistrados e que fosse pacificador das disputas internas, a este nomeou de “Consiglio Grande”. “O regime republicano passa, então, a ser concebido como uma oligarquia moderada na qual, sem excluir completamente o povo, as principais funções de Estado pertencem necessariamente à aristocracia (BIGNOTTO, 1998, p.

120). Assim, o conflito no pensamento de Guicciardini deve ser evitado na política, e, diante disso, só resta a ele dizer que não foi o conflito que fez de Roma uma potência. Nas palavras de Ricardo Manoel de Oliveira Moraes:

Francesco Guicciardini preconiza a experiência política em relação ao conhecimento da história. O político que realmente irá fazer o bem à sua cidade não é aquele que se vale do paradigma romano, na medida em que os recursos argumentativos aos exemplos de Roma não passam de retórica, mas aquele que avalia as circunstâncias concretas, com base em sua experiência e virtude, age da melhor forma possível para aquele acontecimento singular. (2014, p. 109).

Ora, para Guicciardini o corpo político deveria se manter uno, pois a desunião é a doença. Neste momento ele propõe a tese da unidade política, sem a oposição de humores que pensava Maquiavel. Para tanto, ele insere a virtude da prudência, sendo ela o fundamento deste corpo político. Por prudência, como vimos no tópico anterior, estamos entendendo a virtude que discerne entre bem e mal ou, em outras palavras, “para Guicciardini, *prudenzia* implicava a capacidade de se colocar no mundo, de agir com rapidez, de tentar antecipar os efeitos das ações e decisões dos principais agentes políticos” (TEIXEIRA, 2007, p. 344). Em geral, o que Guicciardini propõe é uma forma de governo mista, em que a aristocracia governa, por meio da prudência, o povo.

Mas como adquirir a prudência? Essa virtude seria adquirida por meio da experiência. Ela, como mestra da política, guiaria o cidadão, não sendo suficiente a ele conhecer a história ou a filosofia. História e filosofia não são capazes, como esclarecemos acima, de analisar as circunstâncias específicas da cidade.

### **Considerações finais**

Ora, como vimos, Guicciardini compreende que não é possível se pautar na história como regra geral e que uma república bem ordenada não tem relação com o conflito. E assim, no aforismo 187 dos *Ricordi* ele afirma que quem vive uma vida baseada na causalidade, no final das contas será vítima da mesma. Afirma o autor que a ação correta é pensar, examinar e considerar cada detalhe com cuidado, mesmo os menores. E, mesmo assim, você vai precisar de sorte para que tudo ocorra bem (GUICCIARDINI, 2019).<sup>17</sup> Dessa forma, a diferença crucial

---

<sup>17</sup> Cf. quando o mesmo afirma que “187. Sappiate che chi governa a caso si ritruova alla fine a caso. La diritta è pensare, esaminare, considerare bene ogni cosa etiam minima; e vivendo ancora così, si conducono con fatica bene le cose: pensate come vanno a chi si lascia portare dal corso della acqua” (2019 p. 80).

nos escritos de Guicciardini é que para ele não é a história que irá explicar a política, mas a política que compreende a história, assim como a experiência que torna possível a política.

Sendo assim, os escritos guicciardinianos envolvem uma crítica não só aos modelos gerais, como ao próprio pensamento de Maquiavel apresentado tanto no *Príncipe* quanto nos *Discursos*. Entretanto, o objetivo de Guicciardini não é tanto a crítica a Maquiavel, mas, sobretudo, reconhecer que o mundo em que viveu é tão mutável e caótico quanto o da antiguidade e que não é possível aplicar receitas políticas baseadas no passado. Como vimos aqui, “para o mal das generalizações que, na perspectiva guicciardiniana, são sempre abstrações vazias, o melhor remédio é ater-se à experiência na análise das “coisas do mundo””. (ADVERSE, 2006, p. 434).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVERSE, H. O particular e o universal: Guicciardini e a possibilidade de uma filosofia política. In: *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 114, p. 431-438, dez./2006.

\_\_\_\_\_. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. In: *Trans/Form/Ação*, v. 30, n. 2, p. 33-52, 2007.

BARBUTO, G. La liberta Moderata (Introduzione). In: BARBUTO, G. *La líticaca dopo la tempesta*. Ordine e crise nel pensiero di Francesco Guicciardini. Napoli: Liguori Editore, 2000.

BIGNOTTO, N. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Republicanism e realismo: um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. Nota Metodológica: Guicciardini leitor de Maquiavel. In: *Revista discurso do departamento de filosofia da USP*, v. 29, p. 111-131, 1998.

\_\_\_\_\_. Introdução dos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio de Nicolau Maquiavel. In: *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BONDANELLA, J. The discourses on Livy: preserving a free way of life. In: *Seeking real truths: multidisciplinary perspectives on Machiavelli*. EUA: Brill, 2007.

CASTEL, K. *Lei agrária e revolta dos Ciompi: teoria do conflito civil na república de Maquiavel*. Tese (doutorado) – UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227240?show=full>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GAMPER, D. Prólogo. In: GUICCIARDINI, F. *Máximas y reflexiones de un renacentista sagaz: para tiempos inciertos*. Titivillus, 2020.



GARCÍA, H. Prólogo. In: GUICCIARDINI, F. *Historia de Florencia, 1378-1509*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

GUICCIARDINI, F. *Máximas y reflexiones de un renacentista sagaz: para tiempos inciertos*. Titivillus, 2020.

\_\_\_\_\_. *Opere*. Torino: Classici UTET, 1974.

\_\_\_\_\_. *Historia de Florencia, 1378-1509*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ricordi*. Milão: Mursia, 2019.

\_\_\_\_\_. *Dialogo del reggimento di Firenze*. Bari: Laterza, 1932.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe; Escritos políticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

\_\_\_\_\_. *O príncipe*. São Paulo: Hedra, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

MARTINS, J. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-07042008-104136/publico/TESE\\_JOSE\\_ANTONIO\\_MARTINS.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-07042008-104136/publico/TESE_JOSE_ANTONIO_MARTINS.pdf). Acesso em: 01 mar. 2021.

MORAES, R. O Conflito e a História na teoria republicana: contraponto entre Guicciardini e Maquiavel. Temporalidades. In: *Revista discente do programa de pós-graduação em história da UFMG*, v. 6, n. 1, jan./abr. 2014.

PANCERA, C. *A representação da crise institucional republicana nos “Discorsi” de Maquiavel*. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

POCOCK, J. *The Machiavellian moment: Florentine political thought and the Atlantic republican tradition*. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

TEIXEIRA, F. Debate e consenso no Dialogo del Regimento di Firenze de Francesco Guicciardini. In: *Cadernos de ética e Filosofia Política*, v. 1, n. 12, p. 115-137, 2008.

\_\_\_\_\_. O melhor governo possível: Francesco Guicciardini e o método prudencial de análise da política. In: *Revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 325-349, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582007000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000200004). Acesso em: 17 mar. 2021.

WINTER, L. A teoria dos humores de Maquiavel: a relação entre o conflito e a liberdade. In: *Cadernos de ética e filosofia política*, São Paulo v. 2, n. 19, p. 43-75 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55738/59154>. Acesso em: 20 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel contra a tradição: o conflito como fundamento da lei no republicanismo maquiaveliano*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.